Bolsas

Na segunda-feira: **0,24%** São Paulo

Na sexta-feira: **0,37%** Nova York

Pontuação B3

Ibovespa nos últimos dias

127.018 — 129.036

14/2 15/2 16/2 19/2

Dólar

Na segunda-feira: **R$ 4,961** (-0,11%)

Últimos	
9/fevereiro	4,961
14/fevereiro	4,972
15/fevereiro	4,968
16/fevereiro	4,967

Salário mínimo

R$ 1.412

Euro

Comercial, venda na segunda-feira

R$ 5,348

CDI

Ao ano

11,15%

CDB

Prefixado 30 dias (ao ano)

11,08%

Inflação

IPCA do IBGE (em %)

Setembro/2023	0,26
Outubro/2023	0,24
Novembro/2023	0,28
Dezembro/2023	0,56
Janeiro/2024	0,42

CRESCIMENTO ECONÔMICO/ O IBC-Br, indicador utilizado pelo Banco Central para acompanhar a atividade econômica no país, mostra que, no ano passado, quase todos os setores produtivos melhoraram. Exceção para o varejo

Em 2023, prévia do PIB alcança 2,45%

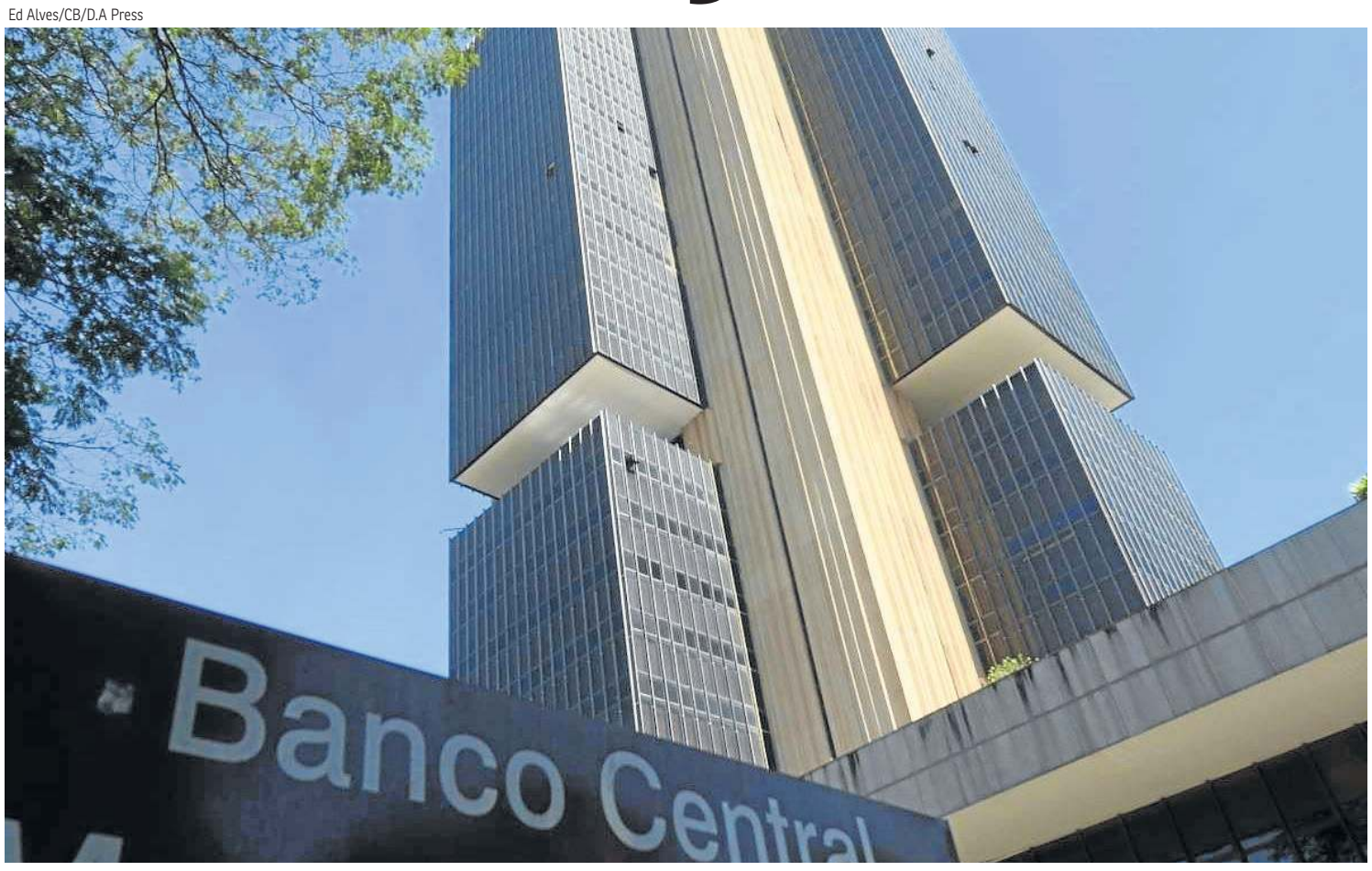
» FERNANDA STRICKLAND
» RAPHAEL PATI*

O Banco Central (BC) aponta que a atividade econômica no Brasil cresceu 2,45% em 2023. O Índice de Atividade Econômica do BC (IBC-Br), divulgado ontem pela autoridade monetária, revela que, apesar do avanço, o ritmo de crescimento desacelerou em relação a 2022, quando houve uma melhora ainda mais intensa, de 2,77%.

O indicador é considerado a "prévia do Produto Interno Bruto (PIB)", uma vez que os dados oficiais do PIB — o conjunto de bens e serviços produzidos no país durante um período — são divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O IBC-Br é usado pelo BC para monitorar o ritmo da atividade econômica no Brasil.

De novembro para dezembro, o índice de atividade calculado pelo BC passou de 146,43 pontos para 147,63 pontos na série dessazonalizada. O resultado é o pior desde abril do ano passado, quando o indicador pontuou 148,93.

Ed Alves/CB/D.A Press



IBC-Br, indicador do Banco Central que mede o crescimento da atividade econômica, veio maior do que expectativas do mercado

> **O resultado acima das expectativas pode aumentar a confiança dos investidores na economia brasileira, refletindo-se em um maior apetite ao risco e aumento dos investimentos"**
>
> ***Fabrício Gonçalves,***
> *CEO da Box Asset Management*

Acima do esperado

"O IBC-Br do ano veio melhor que o esperado pelo mercado, e o grande ponto de destaque foram as variações positivas em quase todos os setores da economia, exceto o varejo, que ainda colhe consequências da elevada taxa de juros. Acredito que boa parte do resultado positivo acabou sendo ancorado com o arrefecimento da inflação", ressalta o analista da Ouro Preto Investimentos, Sidney Lima.

Na visão do CEO da Box Asset Management, Fabrício Gonçalvez, o resultado do índice pode trazer mais confiança ao mercado. "O resultado acima das expectativas pode aumentar a confiança dos investidores na economia brasileira, refletindo-se em um maior apetite ao risco e aumento dos investimentos", comenta.

O intervalo das estimativas feitas pelos analistas de mercado ia de alta de 0,10% a crescimento de 1,70%. Já na comparação entre os meses de dezembro de 2023 e de 2022, houve crescimento de 1,36% na série sem ajustes sazonais. Esta série registrou 144,13 pontos no último mês do ano passado, o melhor desempenho para o mês desde 2014, quando ficou em 145,48 pontos.

O indicador de dezembro ficou bem acima da mediana de avanço de 0,55%, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, segundo pesquisa do Projeções Broadcast. As expectativas coletadas no levantamento variavam de queda de 0,40% à elevação de 2,90%.

Recuperação

O economista Vinícius do Carmo lembra que o IBC-Br é uma ferramenta crucial para compreender o ritmo de crescimento da economia brasileira. O índice funciona como uma estimativa preliminar do PIB e considera uma extensa variedade de indicadores econômicos. Para o economista, os dados divulgados nesta segunda sugerem uma recuperação econômica, refletida também na comparação com o mesmo período do ano anterior.

"No entanto, o recuo no último trimestre de 2023 pode sinalizar uma perda de fôlego neste processo. Isto é, até aqui a economia brasileira tem se recuperado com mais vigor do que boa parte dos analistas esperava, contudo este fôlego parece que está se esgotando e o crescimento esperado se dará cada vez a taxas menores", avalia o economista.

Incerteza

Para o doutor em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Benito Salomão, mesmo sendo considerado a 'prévia do PIB', ainda é cedo para afirmar que o resultado divulgado pelo Bacen seja, de fato, próximo ou equivalente ao dado real da atividade economia brasileira em 2023. Ele acredita que só será possível ter certeza do valor real do PIB brasileiro, no mês de maio, de acordo com o calendário tradicional do IBGE, que divulga os dados.

"É lógico que nós ainda temos que ver como que o PIB vai se comportar, mas é um bom crescimento para a economia brasileira, que reflete, em grande medida, esse bom momento que a economia vem passando. Quando os dados dos primeiros meses de 2024 começarem a ser divulgados, poderemos ver como que a economia vai performar", avalia o doutor.

O Banco Central também revisou dados do IBC-Br na margem, na série com ajuste. Para novembro, o indicador passou de +0,01% para +0,09%. O resultado de outubro passou de -0,18% para +0,05%, enquanto o de setembro passou de -0,03% para +0,03%. O indicador de agosto passou de -0,68% para -0,57%. Em relação a julho, passou de +0,36% para +0,31%. O resultado de junho, por sua vez, passou de +0,33% para +0,26%.

*** Estagiário sob a supervisão de Edla Lula**

RAUL VELLOSO (cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)

O GRANDE DRAMA DA FALTA DE CRESCIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL, QUE SE DEVE TER EM MENTE, É A FALTA DE CAPACIDADE DE INVESTIMENTO, PRINCIPALMENTE EM INFRAESTRUTURA. ANIMADOS COM ESSA CONSTATAÇÃO? SE O PRINCIPAL OBJETIVO É RECUPERAR O CRESCIMENTO ECONÔMICO, O FATO É QUE NUNCA É FÁCIL FAZER ISSO

Reindustrializar ou ampliar a infraestrutura?

O destaque do noticiário macroeconômico nos últimos dias foi o início do detalhamento do programa Nova Indústria Brasil, supostamente contendo, para efeitos até 2033 e, segundo veiculado pelo site MyNews, várias medidas voltadas para a reindustrialização do país, tais como a ampliação de empréstimos com juros reduzidos, sem falar no uso de incentivos tributários para estimular alguns setores que necessitem de atenção especial, como agroindústria, saúde, infraestrutura urbana, tecnologia da informação, bioeconomia e defesa.

Ao priorizar essa forma de agir, os idealizadores do programa tendem a resistir a adotar a tese de que a principal razão da derrocada do crescimento do PIB nas últimas décadas, na presença de inversões privadas em infraestrutura há muito estagnadas, tenha sido a desabada dos investimentos públicos nesse mesmo segmento, diante da exiguidade do espaço orçamentário para que eles se tornassem realidade. (Ou seja, para tais agentes, a solução poderá de alguma forma vir da ação do novo programa). Já para os que defendem a ampliação dos investimentos públicos em infraestrutura, sem tal ampliação (ou, dito de outra forma, sem o ajustamento previdenciário que o viabiliza) a implantação do novo programa não conseguirá, sozinho, produzir crescimento econômico a taxas satisfatórias.

O grande drama da falta de crescimento econômico no Brasil, que se deve ter em mente, é a falta de capacidade de investimento, principalmente em infraestrutura. Animados com essa constatação? Não sei se devemos ficar. Se o principal objetivo é recuperar o crescimento econômico, o fato é que nunca é fácil fazer isso... E a verdade é que um país que parecia sempre voltado para crescer, hoje não consegue mais fazer um caminho virtuoso nessa direção. Outro fato é que o Nova Indústria Brasil, na verdade, não ataca o problema de escassez de investimento em infraestrutura para valer.

Como tem de ser liderado pelos governos, como fazer? Não foi exatamente no setor público em que ele desabou? Outro ponto é que não é facilmente substituível pelo privado. Se contarmos com ele, mas este não vier para substituir o público, então estaremos mal. O segmento industrial terá seus ganhos específicos, mas ele não resolve o gargalo, que hoje é falta de infraestrutura, e basicamente de origem pública. Tem de arranjar o jeito de fazer isso. E de onde virá o dinheiro para isso? A trilha do endividamento público está sem espaço. O que se tem de fazer é reorientar o orçamento, pois a previdência tomou conta dele.

Diante da desabada dos investimentos, o país vem crescendo muito pouco há bastante tempo. (Lá atrás, vínhamos de um crescimento médio do PIB a 7% a.a., e caminhávamos para algo próximo de 1% a.a.). Não resolver o problema previdenciário nos coloca em uma complicada armadilha, pois, como cabe lembrar, a gigantesca dívida pública previdenciária tem exigibilidade bem maior do que a dívida pública convencional, e valor praticamente idêntico ao daquela. E o pior é que a EC 103/19 mandou zerar os déficits atuariais de todas as esferas de governo, mas eles estão aí firmes e fortes...

Na minha coluna em O Dia/RJ de 17/2 comecei chamando a atenção para as elevadas taxas de crescimento real médio dos gastos previdenciários por ordem decrescente de tamanho nos últimos tempos, sendo de 12,5% a.a. no caso dos municípios (2011-18); 5,9% a.a. no dos Estados (2006-o; INSS: 5,1% a.a. (2006-20) e União: 3,1% a.a.(2006-21), enquanto o PIB crescia à média real de 1,6% a.a.(2006-21). Daí a principal razão para virem sobrando apenas parcelas residuais ano a ano nos orçamentos públicos para direcionar recursos em condições normais a custear gastos discricionários, notadamente os investimentos em infraestrutura, após considerar os gastos obrigatórios tradicionais, como educação e saúde, entre outros.

O efeito da falta de solução na pauta de gastos da União foi chocante, pois o peso do item previdência passou de 19,2 para 51,8% do total, entre 1987 e 2021! Já os investimentos caíram de 16 para 2,2% no mesmo interregno...Haja contraste!

Frente a isso, a única saída seria chegar o mais perto possível de equacionar ou zerar, conforme conhecido passo a passo, aumentando receitas e/ou reduzindo gastos que entram nesse cálculo (via reformas, ou o que seja), os passivos atuariais respectivos (na essência, pelo cálculo do valor presente da trajetória dos deficits financeiros anuais futuros a preços constantes, usando uma taxa de juros que se julgue apropriada, e computando o valor dos ativos disponíveis para abater das dívidas e das antecipações de receitas possíveis de realizar). Só assim abrir-se-á espaço orçamentário para investir e depois o país poder voltar a crescer...